



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Saúde de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"
TERMO DE REFERÊNCIA

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1 Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 1.2 Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- 1.3 Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023;
- 1.4 Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- 1.5 IN nº 58, de 08 de agosto de 2022;
- 1.6 IN nº 65, de 07 de julho de 2021;
- 1.7 Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017;
- 1.8 Relação Estadual de Insumos Técnicos (RESIT), 2023.

2 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS DO GRUPO 17 - FIOS NYLON E SEDA, PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Constituição Federal estabelece, no seu Artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que esse direito deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Esse direito constitucional foi regulamentado pela Lei nº 8.080/1990 que, dentre outras ações, estabeleceu que o Sistema Único de Saúde deveria ser estruturado de forma a garantir assistência terapêutica integral, inclusive Assistência Farmacêutica.

3.1.1. A Secretaria de Estado da Saúde é um órgão vinculado ao Governo do Estado de Roraima, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade.

3.1.2. As Unidades da Rede Estadual de Saúde exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade, além de prestar assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

3.1.3. A assistência farmacêutica no SUS envolve as atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição, controle da qualidade e utilização, o que deverá favorecer a permanente disponibilidade dos produtos segundo as necessidades da população, identificadas com base em critérios epidemiológicos.

3.1.4. A Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, tais como: Políticas Gerais de Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde; Políticas de Controle de Doenças e Enfrentamento de Agravos de Saúde; Políticas Voltadas à Saúde de Segmentos Populacionais e Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.

3.1.5. Os fios de sutura cirúrgica são materiais utilizados em vários procedimentos no centro cirúrgico.

3.1.6. Primeiramente, a seleção do material de sutura deve ser baseada nas propriedades biológicas dos tecidos a serem aproximados, nas características físicas e biológicas dos fios e nas condições da ferida a ser fechada. Os fios de sutura podem ser classificados de acordo com vários parâmetros que dizem respeito a sua estrutura, origem do material e permanência nos tecidos. Os fios de sutura podem também ser caracterizados por sua configuração física. O nylon e o aço são exemplos de fios disponíveis tanto como monofilamentares quanto multifilamentares.

3.1.7. **Algodão, Linho e Seda:** são fios multifilamentares de fibras naturais, possuem elevada resistência, são de fácil manuseio e proporcionam nó mecanicamente firme. Sua grande virtude é o baixo custo, razão pela qual ainda hoje são amplamente utilizados em hospitais. Por serem multifilamentares de alta capilaridade, potencializam a infecção mais do que os fios monofilamentares inabsorvíveis. A intensa reação inflamatória que provocam diminui a resistência dos tecidos à infecção e a estrutura multifilamentar retém as bactérias na sua intimidade. Isso facilita a infecção de parede, a formação de fistulas e a eliminação de pontos através das feridas operatórias. Desse modo, esses fios devem ser evitados na sutura de feridas que apresentam contaminação bacteriana grosseira. A seda, em particular, exerce um considerável efeito inibidor sobre as funções dos macrófagos, prejudicando principalmente a adesividade dessas células.

3.1.8. **Poliamida (Nylon):** disponível como monofilamentar e multifilamentar trançado, o nylon provoca pequena reação tecidual, pode ser utilizado e é bem tolerado em tecidos infectados na apresentação monofilamentar. É de baixo custo, de fácil manuseio, porém, os nós podem desfazer-se com muita facilidade.

3.1.9. Entretanto, a cada sutura realizada, de acordo com o tipo de tecido ou a estrutura onde o material será implantado no paciente, o cirurgião busca o fio ideal para tal procedimento.

3.1.10. A aquisição dos fios cirúrgicos aqui propostos é destinada a oferecer suporte para procedimentos com extrema relevância nas Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade do Estado de Roraima, uma vez que a demanda por cirurgias eletivas e de urgência e/ou emergência cresce exponencialmente.

4. DA METODOLOGIA PARA O LEVANTAMENTO DA DEMANDA:

4.1. O levantamento para a demanda foi realizado conforme as solicitações das Unidades ([8214354](#)), a quantidade existente em estoque na CGAF ([10682442](#)), serviços executados por cada Unidade e Análise realizada pelo Núcleo de Insumos Estratégicos-SESAU/CGAF/NIE ([EP.10682470](#)). Ressalta-se que o quantitativo apresentado partiu de uma análise apurada do corpo técnico, que tem propriedade para avaliar a real necessidade das Unidades de Saúde.

4.2. A análise realizada pelo núcleo técnico leva em consideração diversos fatores, tais como: serviços oferecidos, porte da Instituição, população atendida e histórico de consumo. Além de relatórios de disponibilidade de produtos emitidos pelo sistema de logística, que demonstra quantos dias o saldo de estoque atende a demanda atual.

4.3. Insta destacar, ainda, que os materiais apresentam inúmeras especificidades, tais como diversas nomenclaturas para o mesmo item; variações de medidas e matérias-primas a depender dos fabricantes, dentre outras, o que acaba por interferir na padronização. Dessa forma, pode acontecer que o mesmo item tem nomes diferentes no sistema e processo, gerando dúvidas em analistas que não tem familiaridade com o assunto; razão pela qual os relatórios de estoques não serão anexados.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

5.1. DO LEVANTAMENTO DO MERCADO:

5.1.1. Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5.1.2. Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SESAU.

5.1.3. Na aquisição em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

5.2. Das Soluções

5.2.1. Solução 1 – Aquisição de insumos é necessária para manter o abastecimento da Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica.

5.2.2. Solução 2 – Analisar processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de sempre estar com um bom estoque para melhor atender às necessidades, conforme a demanda de saída dos materiais da CGAF.

5.2.3. Solução 3 – Aquisição de insumos de utilização nas Unidades Estaduais de Saúde, com a finalidade de atender todos os pacientes de forma rápida e eficaz.

5.3. Da Análise

5.3.1. Solução 1 – Aquisições de insumos a serem empregados no tratamento de pessoas, cuja ausência poderá colocar em risco suas vidas, além da necessidade de abastecimento dos estoques da CGAF. Isto posto, os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos usuários e servidores envolvidos no atendimento, cujo tratamento necessitará dos materiais elencados.

5.3.2. Solução 2 – As aquisições decorrentes conforme a sua demanda, que por se tratar de material de saúde, pode variar em razão de sazonalidade das enfermidades, disponibilidade de pessoal e equipamentos, entre outros fatores.

5.3.3. Solução 3 – Aquisição dos insumos visam principalmente à excelência no atendimento e cuidado prestado aos pacientes, tendo como objetivo oferecer serviços que atendam com

eficiência, eficácia e efetividade.

5.4. Das Formas

5.4.1. Forma 1 – Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

5.4.2. Forma 2 – Maniatar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

5.4.3. Forma 3 – Realizar licitação própria.

5.5. Da Análise das Formas

5.5.1. Forma 1 – Não foram encontradas atas de registro de preços com quantidades adequadas dos insumos.

5.5.2. Forma 2 – Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para manifestação.

5.5.3. Forma 3 – É possível a realização de licitação, coordenada pelo setor responsável da Secretaria.

5.6. Da Conclusão

5.6.1. Ante o exposto, esta equipe conclui que deve ser realizada licitação própria, nos termos da Forma 3 (item 5.5.3.) para execução da Solução 3 (item 5.3.3.)

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO)

6.1. Conforme previsto no Art. 40, inciso V, alínea b e § 2º do mesmo dispositivo da Lei nº 14.133/2021, que assim especificam:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

(...)

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

6.2. O objeto é dividido em itens, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1. A presente solicitação justifica-se pelo fato de que os insumos elencados fazem parte das linhas de cuidados aplicadas nas Unidades de Saúde, sendo de extrema importância, oferecendo serviços que atendam e superem as expectativas dos usuários, com eficiência, eficácia e efetividade.

7.1.1. A necessidade foi demonstrada no **item 3** do presente Termo de Referência – TR.

7.1.2. Foram analisadas as possíveis soluções no **item 5** do presente TR.

8. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

8.1. O objeto poderá ser licitado na modalidade Pregão eletrônico sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade comuns e que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme definições contidas no **Decreto Federal nº 11.462/23 e Lei 14.133/2021**, pela hipótese do **Art. 6º e inciso XIII "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado"**;

8.2. É previsto à participação neste processo dos beneficiários da LEI nº 123, para licitação exclusiva de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, conforme determina o DECRETO nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.

9. DO REGISTRO DO PREÇO:

9.1. Para a aquisição/contratação pretendida poderá ser adotado o Sistema de Registro de Preços tendo em vista o objeto requerido que atende à(s) hipótese(s) previstas na **Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/21**:

a) quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

b) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

c) quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

d) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

e) sobretudo, assegura um maior controle de um abastecimento eficaz por demanda e distribuição priorizando o abastecimento real das Unidades de Saúde de Alta Complexidade, em conformidade com o orçamento/financeiro existente;

f) quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;

9.2. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria de Estado da Saúde.

9.3. O licitante interessado deverá cotar o quantitativo total previsto, excepcionalmente poderá ser admitido em Edital a quantidade mínima a ser proposta. (Art. 82, II, e IV);

9.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços e compromisso de fornecimento que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

9.5. O prazo de validade da ata de registro de preços será de **1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Parágrafo único do Art. 84 da Lei nº 14.133/21. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

9.6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9.7. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, Art. 95 da Lei nº 14.133/21.

9.8. A Ata de Registro de Preços durante sua vigência, poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidades da administração pública Estadual ou Municipais, que não tenham participado do certame licitatório, mediante a comprovação da:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;

c) Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.9. A Secretaria de Saúde, órgão gerenciador na condição de único contratante mediante procedimento gerido pela Coordenadoria Setorial de Licitações e Contratações na Saúde, dispensará a publicação da IRP com base no **Art. 86, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21**.

10. DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO:

10.1. São os consoantes do ANEXO I deste Termo de Referência;

10.2. A Coluna de contendo o código CATMAT apresentados no ANEXO I de TR, foram extraídos do site de compras governamentais – www.comprasnet.gov.br, os quais suas especificações encontram-se de acordo com as necessidades da Rede Estadual de Saúde do Estado de Roraima;

10.3. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no ANEXO I e do Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência.

11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

11.1.1. O objeto deverá ser entregue no **Almoxarifado da CGAF/SESAU**, situado a **Rua Tambaqui, nº 176, Santa Tereza – Boa Vista/RR, CEP: 69.314-065, Telefone: (95) 98406 - 1026**, E-mail do Núcleo responsável pela gestão do contrato: nie.cgaf@saude.rr.gov.br, E-mail de agendamento das entregas: recebimento_sesrrr@hosplog.com.br, em dia e horário de expediente (segunda a sexta - 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, horário local), sem ônus de frete para o Estado, e acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

12. PRAZO DE ENTREGA

12.1. A empresa vencedora deverá fornecer o objeto, no prazo máximo de **até 30 dias corridos** a contar da última assinatura do Contrato;

12.2. Caso necessário, **solicitar prorrogação do prazo de entrega** com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data final de entrega, demonstrando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, análise e possível aprovação;

12.3. Mediante justificativa da Contratada, parecer técnico da Coordenadoria, será admitido prorrogação por **mais 15 dias corridos após findado o prazo**, não podendo ultrapassar o **limite de 1 (uma) prorrogação** por entrega;

12.4. O ônus do transporte, entrega e descarregamento no endereço indicado no **ITEM 11.1.1.** deste TR é exclusivamente da Contratada;

12.5. Os prazos que vierem a coincidir em dia que não haja expediente no órgão ou que o expediente tenha sido reduzido, ficam automaticamente prorrogados ao dia útil seguinte.

13. CONDIÇÕES DE ENTREGA:

13.1. OS MATERIAIS DESTE TR DEVERÃO:

13.1.1. Ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes;

13.1.2. Ser fornecidos em embalagens originais, lacradas e esterilizadas, quando for o caso, contendo a indicação de marca e dados do fabricante, como Razão Social, CNPJ e endereço, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e data de validade e/ou garantia;

13.1.3. Possuir em suas embalagens unitárias, quando for o caso, garantia e/ou validade e demais informações que se façam necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos;

13.1.4. Atender rigorosamente os quantitativos e apresentações solicitadas, referente ao **ANEXO I**, deste Termo de Referência;

13.1.5. No ato da entrega será exigido rigorosamente que os objetos do contrato sejam do fabricante e/ou marca registrados na proposta da empresa, quando declarada vencedora do item e/ou lote no certame, bem como que as especificações dos itens sejam as mesmas constantes no certame e, em casos de impossibilidade de entrega do objeto deste, conforme fabricante, marca e/ou especificação ofertada, a empresa deverá solicitar troca, justificando a inviabilidade, **com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da entrega**, visando análise e decisão do requerimento por parte do Setor Competente da Administração com anuência do(a) Gestor(a) da Pasta.

13.2. Da troca de marca e/ou especificação, somente serão autorizadas, desde que cumprido os requisitos abaixo:

13.2.1.1. A Contratada deve comprovar o fato superveniente não imputável a ela, que inviabilizou o fornecimento da marca e/ou especificação homologada (ex.: descontinuidade do produto pelo fabricante, falta de matéria prima ou caso fortuito ou força maior), comprovado pelo fabricante e/ou empresa. Além disso, a nova marca e/ou especificação ofertada deve ser de qualidade igual ou superior à inicialmente cotada de forma a atender todos os requisitos que foram solicitados neste TR;

13.2.2. Administração analisará e se manifestará quanto à troca de marca e/ou especificação, através do Parecer Técnico e autorização pelo(a) Gestor(a) da Pasta, mediante a previsão de abastecimento e o interesse da Administração, bem como a emergência que o caso requer;

13.2.3. Fica proibida a troca de marca e/ou especificação sem anuência da Administração, caso a empresa vencedora pratique tal conduta, o item será rejeitado em parte ou total, sem prejuízo de eventuais sanções, se assim o fizer dolosamente;

13.2.4. Nas condições supracitadas, a troca de marca e/ou especificação, deverá ser submetida a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/SESAU, para análise dos preços praticados em compras governamentais, para o produto a ser fornecido, podendo resultar em glosa no item homologado, que mediante a ciência da empresa, a glosa ocorrerá no ato da liquidação da Nota Fiscal.

14. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

14.1 Os materiais deste Termo de Referência **será** recebido em conformidade com o disposto no **Art. 140, inciso II** em se tratando de compras, da Lei Federal 14.133/21; e suas alterações:

14.2. A empresa vencedora deverá comunicar oficialmente via e-mail: **recebimento_sesrrr@hosplog.com.br**, ao Contratante o dia previsto para a **entrega no endereço** especificado no **subitem 11.1.1.** (local e horário de entrega), com antecedência mínima de 48 horas, enviando a Nota Fiscal em formato pdf.

14.3. PROVISORIAMENTE:

a) Para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação solicitada;

b) Neste momento, o canhoto da Nota Fiscal será assinado pelo membro da Comissão de Recebimento da Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica – CGAF, devidamente designado através de Ato Normativo do(a) Gestor(a) da Pasta;

14.4. DEFINITIVAMENTE:

a) Após a verificação da qualidade, finalidade e quantidade do objeto, efetivar-se-á a aceitação;

b) Neste momento, será atestada a respectiva Nota Fiscal, pelo(a) fiscal do contrato, devidamente designado através de Ato Normativo do(a) Gestor(a) da Pasta;

c) O recebimento definitivo do objeto **não deverá exceder o prazo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento provisório.

14.5. OS ITENS DO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I, SERÃO RECUSADOS NAS SEGUINTE HIPÓTESES:

a) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, No todo ou em parte, quando em desacordo com a funcionalidade, qualidade e especificações constantes no item 8 deste TR ou na “Proposta de Preço” considerada apta, devendo ser substituído, à custa da Contratada, sem prejuízo e/ou ônus para a Administração;

b) Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade;

c) Nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de qualidade e quantidade do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo(a) Fiscal do Contrato ou membro da Comissão de Recebimento da CGAF, com ciência do(a) Gestor(a) do Processo;

d) Será lavrado o **Termo de Recusa**, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e/ou substituído.

e) Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.

f) Os itens do objeto de origem estrangeira deverão constar em suas embalagens as informações em português (Brasil) para conhecimento e classificação.

15. DA GARANTIA E/OU VALIDADE:

15.1. O prazo de validade dos itens na hora da entrega **não deverá ser inferior a 12 (doze) meses**;

15.2. Será aceito a entrega dos itens com no **mínimo 06 (seis) meses de validade, SOMENTE a partir da apresentação de TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO**, de acordo com o Modelo do ANEXO III deste TR, no qual a empresa se compromete em **trocar os insumos que não forem consumidos até que o prazo de 15 (quinze) dias antes que a validade expire**;

15.3. Os itens deverão apresentar no ato da entrega: lote, data de fabricação e data de validade, sem rasuras ou emendas;

15.4. Os itens que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores, ou que apresentem prazo de validade inferior a 12 (doze) meses sem a apresentação do Termo de Compromisso de Troca do item do contrato, poderão ser recusados.

16. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS:

16.1. A preservação do meio ambiente é um dos maiores desafios da humanidade e se tornou uma das grandes preocupações para a população do mundo inteiro, entre os resíduos, um dos mais descartados são os resíduos produzidos pelas áreas da saúde.

16.2. Os resíduos sólidos usualmente conhecidos como lixos, equivalem a todo material humano produzido socialmente, dos mais variados tipos de processos químicos: sólido, líquido e gasoso. Dessa forma, convém dizer que os Resíduos de Serviços da Saúde (RSS) compõem de forma significativa, pelo seu potencial de risco a saúde coletiva e ao meio ambiente, o total de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Esses resíduos podem ser classificados de acordo com seu grau de risco, atividade, duração e efeitos colaterais quando se trata da esfera ambiental e, por outro ângulo, na esfera governamental, a classificação se dá por meio de saúde pública, desastres naturais e incorporação de novos produtos.

16.3. Desta maneira, o descarte de resíduos tem sido alvo de intensos debates e preocupações mundiais, sobretudo, no que tangem as questões de poluição e meio ambiente, uma vez que, os procedimentos técnicos adequados não têm sido usados corretamente para os diferentes resíduos como, por exemplo, materiais biológicos contaminados, objetos perfuro cortantes, substâncias tóxicas, inflamáveis e radiativas. Esses resíduos afetam o meio ambiente de forma imediata que tange a reprodução da humanidade, como: a água, destruindo nascentes, modificação da composição do meio aquático etc., e o ar, com explosões, doenças respiratórias, epidemias etc.

16.4. Nesse sentido, é preciso analisar as questões que englobam o RSS em sua totalidade, não podendo ser pensada apenas no âmbito de transmissão de doenças infecciosas, é preciso ampliar a visão, ganhando corpo na preocupação com a saúde dos trabalhadores que estão diretamente ou indiretamente ligados à área da saúde e a preocupação em preservar o meio ambiente. Desta forma, convém destacar a importância do tratamento e do manuseio correto dos RSS para saúde pública, meio ambiente e saúde dos funcionários.

16.5. A fim de sanar ou minimizar os impactos ambientais, os órgãos governamentais dispõem de um conjunto de leis e agentes fiscalizadores para que o lixo possa ter classificação de acordo com a origem e, neste caso, os resíduos especiais, de tratamento e transporte de acordo com o grau de sua periculosidade até seu destino final.

16.6. Classificação dos resíduos: **GRUPO A** – Resíduo biológico potencialmente infectante. São resíduos com presença de agentes biológicos contendo: líquidos corpóreos, peças anatômicas e lixos sólidos como gaze, sugadores e campos descartáveis. O descarte deve ser feito em lixeira branca de 20L com tampa e pedal em saco branco leitoso. Após atingir 2/3

do volume, é retirado, vedado e colocado no armazenamento temporário. **GRUPO B** - Resíduo Químico - farmacêutico. Substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente: – Metais pesados (Chumbo – embalagem do filme RX), o descarte deve ser feito em pote plástico com tampa. – Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores), o descarte deve ser feito em embalagem original ou garrafa plástica resistente à ruptura, com tampa. – Restos de amálgama o descarte deve ser feito em pote com tampa rosqueável contendo água em seu interior. **GRUPO C** – Resíduo Comum. Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. – Lixos de banheiros, cozinhas, peças descartáveis de vestuário, resíduo de gesso, caixas de luva ou outros, resíduos de varrição, flores, podas e jardins. Lixeira de vinte litros com tampa, acionada a pedal com saco preto. **GRUPO D** – Materiais perfuro cortantes, agulhas descartáveis, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, instrumentais quebrados, etc. Efetuar o descarte em embalagem rígida, resistente à punctura, ruptura e vazamento, com tampa e identificada.

16.7. Existe ainda uma série de recomendações por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) em relação a identificação de sacos de lixo por cor, possibilitando a redução da exposição por contato direto, melhorando as condições de higiene.

16.8. O fim do século XX e o início do século XXI foi marcado pelo desenvolvimento tecnológico e de uma nova cultura de consumo, esse novo modo das relações sociais se cristalizou na expansão do descarte imediato, as circunstâncias geraram demanda por produtos descartáveis de bens duráveis e não duráveis das múltiplas atividades, a exemplo, comércio, hospitais, construção e consumos domésticos, tal fato, em contraponto, afeta diretamente as relações socioambientais, uma vez que o tratamento dos resíduos gerados pelos produtos não acompanham o processo de produção e reprodução do capitalismo. A produção de resíduos, cada vez mais, vem se tornando um desafio para os grandes centros urbanos, uma vez que, a quantidade de lixo produzido vem aumentando significativamente nos últimos anos.

16.9. A área da saúde está intrinsecamente ligada à produção de rejeitos e, desta forma, é indispensável que identifiquemos os processos que esse dado sinaliza, uma vez que, os instrumentos utilizados pelos profissionais da saúde carregam contaminantes de grande risco. Em detrimento disso, os profissionais da saúde devem articular a compreensão de suas atividades de risco com a responsabilidade ambiental, por meio do gerenciamento e manejo dos RSS.

16.10. A falta de procedimento técnico qualificado no trato dos diferentes RSS pode gerar problemas ambientais sem precedentes, podendo gerar infecção hospitalar e epidemias, afetando a qualidade de vida da população, tornando-se preocupante aos órgãos públicos.

16.11. A Secretaria de Estado da Saúde tomou a iniciativa de ter um programa de gerenciamento de resíduos, adotando a lei da logística reversa, que vem para integrar a responsabilidade de toda a cadeia produtiva dos produtos gerados.

16.12. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, artigo 3º inciso XII, a definição de logística reversa é “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”. A logística reversa de insumos é uma forma preventiva da geração de resíduos.

16.13. Em relação ao gerenciamento e destinação final de insumos, no Brasil, ainda, não se tem legislação específica em vigor. O assunto é abordado pela RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de saúde e pela Resolução Nº 358, do M.A. 2005 dispondo sobre o tratamento e à disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. De acordo com a legislação brasileira, os serviços de saúde são os responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os resíduos dos serviços de saúde (RSS) por eles gerados, tendo o dever de atender às normas e exigências legais, desde o momento de sua produção até a sua destinação final.

16.14. Nesse contexto, a SESAU contratou uma empresa especializada para elaborar e executar o programa de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde de todas as Unidades Estaduais.

17. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

17.1. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PARTICIPAR NO CERTAME:

17.1.1. Em razão das vedações legais, não poderá participar do procedimento de contratação:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta junto ao Governo do Estado de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;

b) O fornecedor impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;

c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

d) O fornecedor declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

e) O fornecedor proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, §8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998 (Atividades Lesivas ao Meio Ambiente).

f) O fornecedor proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12, da Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa);

g) Os interessados que por ventura sejam enquadrados nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133/21;

g.1) Entende-se por “participação direta e indireta” nos termos do Art. 9º § 1º da Lei nº 14.133/21 a participação no certame ou procedimento de contratação de empresa em que uma das pessoas listadas no citado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

h) O fornecedor cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste termo;

i) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

j) As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

k) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

l) A verificação do atendimento das condições indicadas na letra "a" até a letra "e" serão realizadas de forma consolidada por meio de consulta no portal do Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou por qualquer outro meio idôneo de consulta.

17.2. DA JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

17.2.1. No que concerne à participação de Consórcios constituídos com finalidade específica e temporária, não serão admitidos na presente Licitação visto que o objeto trata de Aquisição de Bens Comuns de baixa complexidade, sendo plenamente possível que Empresas individualmente constituídas adimplam a obrigação. Ressalta-se que não vislumbramos complexidade nesta aquisição que justifique de forma plausível a participação especial de Consórcios. É cediço que esta forma de Constituição não são dotadas de personalidade jurídica própria e o dever de cumprir e apresentar o rol de documentos elencados no **Art. 15, incisos de I a V da Lei 14.133/21**, o que reforça a desnecessidade de previsão de participação pois acarretaria em maiores burocracias e tempo de análise documental, engessando de certa forma a Licitação.

17.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

17.3.1. Sem prejuízo das demais documentações exigidas em lei, a (s) proponente (s) deverá (ão) ao tempo da habilitação apresentar:

17.3.1.1. LICENÇA SANITÁRIA VIGENTE, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, **compatível com o objeto da licitação**, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer;

17.3.1.2. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), ativa, emitida pela ANVISA, **compatível com o objeto da licitação**, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014;

17.3.1.3. REGISTRO DOS PRODUTOS OU DISPENSA DE REGISTRO, vigente e atualizado, expedido pela Anvisa, de acordo com a RDC nº 185 de 22 de outubro de 2001, § 1º, ou informar o número dos registros na proposta da empresa, sendo:

17.3.1.3.1. Caso o produto esteja cadastrado na ANVISA como **isento de registro ou registrado em outra categoria esta condição deverá ser comprovada documentalmente**.

17.3.1.3.2. Ficará a cargo do proponente, provar que os produtos objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

17.3.1.3.3. É facultado à licitante apresentar catálogos, folhetos e amostras, de forma a comprovar sua adequação aos requisitos mínimos estabelecidos, ou endereço eletrônico URL, oficial do fabricante e/ou representante autorizado que possa conter as informações técnicas completas para sua consulta, no entanto, poderão ser solicitadas pela Administração, como documentação complementar, para sanar possíveis dúvidas acerca do objeto, facilitando a análise pelo setor técnico competente;

17.4. JUSTIFICATIVA DE EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.4.1. Da exigência de Licença Sanitária

17.4.1.1. Justifica-se a apresentação de licença sanitária vigente, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer, conforme preconizado nas Leis [5.991/1973](#) e [6.360/1976](#), *in verbis*:

Art. 21 - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos **licenciados pelo órgão sanitário competente** dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei. (Art. 21, Lei 5991/73).

Art. 1º - Ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas por esta Lei os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros adiante definidos.

Art. 2º - Somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos **hajam sido licenciados pelo órgão sanitário** das Unidades Federativas em que se localizem. (Arts. 1º e 2º, Lei 6360/73).

17.4.1.2. Portanto, a exigência de licenciamento sanitário é compatível com as disposições legais supracitadas.

17.4.2. Da exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)

17.4.2.1. Denomina-se Autorização de Funcionamento – AFE o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) [16/2014](#).

17.4.2.2. A AFE é exigida de empresas que realizem atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e **insumos farmacêuticos** destinados ao uso humano, **produtos para saúde**, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

17.4.2.3. Justifica-se a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ativa, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, com base na RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, conforme se depreende:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde. (Art. 3º, RDC nº 16/2014).

17.4.2.4. A referida normatização vai de encontro com o disposto na Lei [8.077/2013](#):

Art. 2º O exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, **dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa** e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

Parágrafo único. As atividades exercidas pela empresa e as respectivas categorias de produtos a elas relacionados constarão expressamente da autorização e do licenciamento referidos no **caput**.

Art. 3º Para o licenciamento de estabelecimentos que exerçam atividades de que trata este Decreto pelas autoridades dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, o estabelecimento deverá:

I - possuir autorização emitida pela Anvisa de que trata o **caput** do art. 2º ;

17.4.2.5. Assim, compete à Anvisa, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, autorizar o funcionamento de empresas de fabricação, distribuição e importação dos produtos, anuir com a importação e exportação e conceder registro desses produtos (art. 7º, incisos VII a IX, da Lei [9.782/1999](#)).

17.4.2.6. Deste modo, por meio da AFE, a Anvisa atesta que verificou e assegurou o cumprimento, pela empresa, de requisitos técnicos essenciais que garantem a qualidade dos serviços prestados.

17.4.2.7. A empresa que não tem a autorização de funcionamento do órgão sanitário competente (ANVISA) comete infração sanitária e está sujeita a pena de advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa, de acordo com o art. 10, inciso IV, da Lei [6.437/1977](#).

17.5. Da exigência do Registro ativo

17.5.1. Nos termos da Lei nº 6.360/1976, o Registro expedido pela Anvisa, ou a informação do número dos registros dos produtos na proposta, é essencial à comercialização de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, pelo que se justifica sua exigência, senão vejamos:

Art. 12 - Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde.

§ 1o - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - definirá por ato próprio o prazo para renovação do registro dos produtos de que trata esta Lei, não superior a 10 (dez) anos, considerando a natureza do produto e o risco sanitário envolvido na sua utilização.

17.5.2. Se o registro tiver vencido, a empresa deverá apresentar cópia do protocolo em que solicita à ANVISA a renovação do certificado nos termos do Art. 12º, Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que trata, entre outras coisas, da revalidação e do cancelamento do registro e RDC [185/2001](#);

17.5.3. Caso o produto esteja cadastrado na ANVISA como isento de registro ou registrado em outra categoria, esta condição deverá ser comprovada documentalmente. RDC nº [23/1999](#).

17.5.4. Portanto, justifica-se a exigência da apresentação de Registro expedido pela Anvisa, quando couber, ante normatização em vigor, a fim de que a Administração adquira produtos seguros aos seus destinatários, protegendo a saúde pública e garantindo que todas as Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos tenham qualidade, segurança e eficácia verificadas pela Anvisa.

18. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

18.1. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias, anteriores à data da entrega da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade, que visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, conforme Art. 69 inciso II da Lei 14.133/21.

19. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL:

19.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.1.1. A Contratação deverá estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação ou da proposta vencedora e as disposições da Minuta de Contrato.

19.1.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do contrato;

19.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados direto e indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou em decorrência da má execução, até a efetiva entrega dos equipamentos no endereço estipulado **no subitem (11.1.1.) deste TR**, sem ônus de frete para o Estado e acompanhados das respectivas Notas Fiscais e cópia do Empenho;

19.1.4. No descritivo da nota fiscal deverá conter o número do contrato, o número do processo, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

19.1.5. **Substituir** no prazo máximo de **prazo de 15 (quinze) dias corridos**, todo e qualquer produto, que vier a apresentar avaria no ato de sua entrega, ou que apresentem vícios de qualidade ou quantidade que o torne impróprio ou inadequado ao fim a que se destina;

19.1.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados por parte da **Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica-CGAF**, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, da mesma, visando o fiel cumprimento do contrato;

19.1.7. Observar todas as exigências de segurança na entrega do Objeto deste Termo de Referência;

19.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações vigentes: sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, que resultem na execução do objeto deste instrumento;

19.1.9. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

19.1.10. **Da solicitação de prorrogação de prazo de entrega ou da solicitação de troca de marca**, somente serão autorizadas desde que cumpridos os requisitos dispostos nos **subitens 12.2 e 13.2.2** deste TR;

19.1.11. Deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional à SESAU/RR;

19.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.2.1. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias à Contratada para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da aquisição objeto do presente Termo de Referência;

19.2.2. Receber o objeto deste Termo de Referência através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com inciso II, do artigo 140 da Lei federal nº 14.133/21;

19.2.3. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

19.2.4. Não permitir o recebimento do objeto deste em desacordo com o preestabelecido;

19.2.5. Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(ais) /Fatura(s) da Contratada, após a efetiva entrega do objeto e/ou serviço e ATESTO do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na Nota Fiscal;

20.2.6. Providenciar, junto à contratada substituição no prazo **máximo de 15 (quinze) dias** todo e qualquer material, que vier a apresentar avaria/defeito ou ainda em desacordo com o descrito neste Termo de Referência no ato da entrega;

19.2.7. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;

19.2.8. Analisar a solicitação da Contratada, no que se refere à prorrogação de prazo de entrega do objeto e/ ou serviço deste TR, bem como a troca de marca dos produtos licitados, em caso de deferimento;

19.2.9. Providenciar junto a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/NP/SESAU/RR, nova cotação de preços dos materiais a fim de verificar preço e qualidade nos casos de prorrogação que trata o **subitem 9.5.** ou quando necessário e conveniente para a Administração;

19.2.10. Por fim, providenciar para que o Contrato seja cumprido fielmente por parte da CONTRATADA.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por no mínimo 01 (um) servidor, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o Art. 117 da Lei nº 14.133/21;

20.2. O Fiscal de Contrato deve ser, preferencialmente, nomeado dentre servidores efetivos, que não sejam diretamente subordinados à unidade ou a outros setores responsáveis pela elaboração ou gerência do contrato a ser fiscalizado, na respectiva Secretaria ou Órgão de Gestão;

20.3. Na hipótese da impossibilidade de atendimento do dispositivo acima, a nomeação do servidor deve ser precedida da devida justificativa;

20.4. O Fiscal de Contrato deve ter, preferencialmente, fundado conhecimento técnico atinente ao serviço executado ou produto adquirido, especialmente nos casos que versarem sobre serviços e/ou produtos de natureza não comuns;

20.5. É dever do Fiscal do Contrato proceder, previamente ao atestado de cada fatura, a análise de documentos atinentes à regularidade de registros e conformidades quanto às responsabilidades tributárias, previdenciárias, trabalhistas, assim como, quaisquer outros documentos exigidos da Contratada no instrumento contratual;

20.6. Uma vez finalizada a execução do contrato e tendo sido devidamente atestado a regular entrega dos produtos adquiridos, o Fiscal do Contrato deverá emitir, neste caso, o **Atestado de Recebimento de Material Definitivo (ANEXO II deste TR)**, sendo considerado, nesse ato, concluídas as atividades do fiscal frente ao respectivo contrato;

20.7. O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço ou material a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, nos exatos termos e exigências fixadas no termo contratual;

20.8. O ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do produto ou prestação do serviço, bem como a emissão do Atestado de Recebimento de Material Definitivo ou o Atestado de Realização dos Serviços Definitivos, acima mencionados, constitui ato passivo de responsabilização do servidor, nos termos da legislação em vigor;

20.9. A nomeação de servidor público para a execução das atividades de Fiscal de Contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053/2001, constitui obrigação inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo, bem como, o cumprimento de ordens superiores, não cabendo alegação de recusa à designação, exceto quando se tratar de ato manifestamente ilegal;

20.10. Os ANEXOS citados neste item de FISCALIZAÇÃO são aqueles constantes na Legislação em vigor.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Os Licitantes/Contratados sujeitam-se às regras e condições estabelecidas neste TR, Minuta de Contrato e no Edital. Em caso de responsabilização administrativa seguirão os termos dos **Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/21** sem prejuízo de demais providências administrativas cabíveis, configurando-se como **infrações** as seguintes condutas:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/21, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de atraso injustificado na execução do contrato;

a.1. Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **subitem 22.1, inciso I** deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

b.1. Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada aos responsáveis **por qualquer das infrações administrativas** previstas no **subitem 11.4.1 incisos de "I a XII"**, sendo possível a cumulação;

c) Impedimento de Licitar e contratar;

c.1. Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **subitem 11.4.1 incisos "II, III, IV, V, VI, VII"** deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o (s) responsável (is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar; que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;

d.1. Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **subitem 11.4.1 incisos "VIII, IX, X, XI e XII"** deste Instrumento;

d.2. Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 11.4.1 incisos "II, III, IV, V, VI e VII"** desde que **justifiquem a imposição de penalidade mais grave** que a sanção de Impedimento estipulada do **subitem 11.4.2, alíneas c) e c.1.**

d.3. A Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

21.3. Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

21.4. Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.

21.5. As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA CONTRATUAL:

22.1. O Prazo de vigência do contrato observará o Exercício Financeiro e a disponibilidade de Créditos Orçamentários conforme prevê o Art. 105 da Lei 14.133/21, iniciado a partir da data da última assinatura tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

22.2. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme previsão do Art. 111 da Lei 14.133/21.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO:

23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

24. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

24.1. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos confere à Administração as prerrogativas de modificar, extinguir ou fiscalizar a execução, no qual as alterações observarão os casos previstos no Art. 124 da Lei nº 14.133/21, desde que haja interesse público e as devidas justificativas nas:

I) Alterações Unilaterais pela Administração, nos moldes do Art. 124, inciso I e alíneas "a" e "b";

II) Alterações por Acordo Entre as Partes, nos moldes do Art. 124, inciso II e alíneas "a", "b", "c", "d";

24.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o **Item 25.1 inciso I**, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

24.3. As alterações unilaterais não poderão transgredir o objeto da contratação.

24.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

24.5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

24.5.1. Constituirão motivos para extinção do contrato as Inexecuções Totais ou Parciais das obrigações, descumprimentos de normas editalícias, prazos, atrasos, razões de interesse público, desde que formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

24.5.2. A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, ou por decisão judicial.

24.5.3. A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente.

24.5.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

24.5.5. A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

24.6. DO REAJUSTAMENTO:

24.6.1. A Nova Lei de Licitações estabelece no Art. 25, §7º, que independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

24.6.2. Poderá ser admitido o primeiro reajuste de contrato com o interregno mínimo de 1 (um) ano tendo como base o **Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial Acumulado (IPCA-E)** com data-base vinculada à data do orçamento estimado no período contados da data limite para apresentação do orçamento estimado, consoante o **Art. 182, Lei 14.133/21**;

24.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

24.6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;

24.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;

24.6.6. Toda e qualquer solicitação de reajuste deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão competente da Administração Pública.

24.6.7. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - E Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial Acumulado, com base na seguinte fórmula:

R = V x I, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I = Índice acumulado do período.

24.6.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

24.6.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

25. CRITÉRIO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO:

25.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente preferencialmente do BANCO DO BRASIL S/A indicada pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias úteis, após o protocolo de entrada da Nota Fiscal devidamente atestada junto à CONTRATANTE;

25.2. No dever de pagamento pela Administração relativo a fornecimento de bens ou execução de serviços, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada, salvo quando das preferências do **Parágrafo Único do Art. 141, da Lei nº 14.133/2021**;

25.3. A Contratada deverá indicar no corpo da **Nota Fiscal**, o número e nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento via ordem bancária, bem como o número do Processo, do Pregão Eletrônico, Contrato e/ou Empenho e Descrição detalhada dos bens ou serviços faturados;

25.4. Será também observado para o pagamento, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.335, de 03 de agosto de 2001, alterado pelo Decreto nº 6.618-E, de 08 de setembro de 2005, bem como demais legislações pertinentes;

25.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação.

25.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Governo do Estado de Roraima em favor do FORNECEDOR. Sendo o valor superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;

25.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

25.8. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

26. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

26.1. O valor estimado é de **R\$ 1.237.414,56 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, quatrocentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Mapa de Cotação (EP. [11394159](#)), de acordo com os critérios adotados pela Gerência Especial de Cotação GERCOTPRE/NP/SESAU-RR.

27. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

27.1. Conforme o Art. 17 do [Decreto nº11.462/2023](#), a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

27.2. As despesas decorrentes da aquisição (EP. 11608725), objeto deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos da Secretaria de Estado da Saúde, conforme mencionado abaixo:

a) **Programa de Trabalho:** 10.302.078.2251/01

b) **Elemento de Despesa:** 33.90.30

c) **Fonte:** 1500.1002 / 1600.0000

d) **Tipo de Empenho:** Estimativo

28. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

28.1. O Termo de Referência, visa assessorar aos gestores na tomada de decisão quando da abertura ou não de processos de aquisição ou contratação de serviços;

28.2. Logo, a aquisição dos insumos propostos se faz necessária, pois tem a finalidade de atender as demandas das Unidades de Saúde de Média e Alta Complexidade do Estado de Roraima, para atender os usuários que buscam o SUS. Concluiu-se com o Estudo técnico preliminar Ev:([13003810](#)) favorável à aquisição através da modalidade **Pregão Eletrônico** com contratação por **Registro de Preço**, por item de **menor preço unitário** dos materiais.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

29.1 Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do objeto, constante deste Termo de Referência serão resolvidos entre as partes contratantes por procedimento administrativo e também utilizando-se meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem;

29.2. Em atendimento ao Despacho 483 ([12664334](#)), Despacho 544 ([12868107](#)), Despacho 553 ([12892733](#)) e Despacho 71 ([12898173](#)) onde se obteve os esclarecimentos por meio dos eventos ([12766764](#)), ([12866868](#)), ([12868856](#)) e ([13005331](#)), levando a formalidade dos autos;

29.3. Ressaltamos que o presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações técnicas extraídas do **Estudo Técnico Preliminar** (EP.[13003810](#)), **Pedido de Aquisição de Material** (EP.[11608725](#)), **Declaração 165** (EP.[11608760](#)), **Mapa de Cotação** ([11394159](#)) e **Planilha de Divisão de Cotas** (EP.[11400667](#)), cuja as informações nele contida são de inteira responsabilidade dos seus elaboradores e Gestor do Processo **Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica - CGAF**, sendo de responsabilidade deste Núcleo de Processo acrescentar as informações mínimas necessárias conforme o Art. 6º da Lei 14.133/21;

29.4. A Administração em casos fortuitos e devidamente justificados, se resguarda no direito de modificar as fontes orçamentárias mediante Apostilamento.

30. DOS ANEXOS:

30.1 ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES;

30.2. ANEXO II - MODELO ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL;

30.3. ANEXO III - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO;

Elaborado:

(Assinatura Eletrônica)
MARCUS JOSÉ ALMEIDA FARIAS
Assessor Especial
NP/GERTRPB/SESAU

*Revisado e Aprovado:

***NOTA:**
O presente Termo de Referência e anexo devem ser revisados pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para aquisição do objeto, podendo apresentar as considerações que julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo de Processos proceda com as correções.

(Assinado Eletronicamente)
CHARLES GONÇALVES SILVA
Coordenador Geral de Assistência Farmacêutica
SESAU/CGAF

Autorizado:

(Assinado Eletronicamente)
CECÍLIA SMITH LOREZON BASSO
Secretária de Estado da Saúde
SESAU/RR

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADE ([11400667](#))

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT.	DIVISÃO DE COTA	
					CRITÉRIO DE DESPUTA	QUANT. COTAS
1	FIO DE NYLON PRETO 0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487458	UND	15.000	Exclusiva	15.000
2	FIO DE NYLON PRETO 0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 3,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487458	UND	15.000	Exclusiva	15.000
3	FIO DE NYLON PRETO 0 C/A 4,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 4,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487458	UND	1.032	Exclusiva	1.032
4	FIO DE NYLON PRETO 1 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 1, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 3,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487458	UND	5.016	Exclusiva	5.016
5	FIO DE NYLON PRETO 2-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 2-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487458	UND	23.016	Exclusiva	23.016
6	FIO DE NYLON PRETO 2-0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 2-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 3,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487455	UND	58.008	Ampla	43.506
7	FIO DE NYLON PRETO 2-0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 2-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 3,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487455	UND		Cota	14.502
8	FIO DE NYLON PRETO 3-0 C/A 1,5CM +/-0,1CM 1/2C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 3-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 1/2 círculo, corpo triangular 1,5cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487439	UND	25.008	Ampla	18.756
9	FIO DE NYLON PRETO 3-0 C/A 1,5CM +/-0,1CM 1/2C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 3-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 1/2 círculo, corpo triangular 1,5cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487439	UND		Cota	6.252
10	FIO DE NYLON PRETO 3-0 C/A 2,5CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 3-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,5cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487444	UND	33.000	Ampla	24.750
11	FIO DE NYLON PRETO 3-0 C/A 2,5CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 3-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,5cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487444	UND		Cota	8.250
12	FIO DE NYLON PRETO 3-0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 3-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 3,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487445	UND	22.008	Exclusiva	22.008
13	FIO DE NYLON PRETO 4-0 C/A 1,5CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 4-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 1,5cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487426	UND	9.600	Exclusiva	9.600
14	FIO DE NYLON PRETO 4-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 4-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487427	UND	36.408	Ampla	27.306

15	FIO DE NYLON PRETO 4-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 4-0, com comprimento de 45cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487427	UND		Cota	9.102
16	FIO DE NYLON PRETO 4-0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 4-0, com comprimento de 45 cm a 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 3,0cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487435	UND	23.400	Exclusiva	23.400
17	FIO DE NYLON PRETO 5-0 C/A 1,6CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 5-0, com comprimento de 45 cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 1,6cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487415	UND	11.232	Exclusiva	11.232
18	FIO DE NYLON PRETO 5-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 5-0, com comprimento de 45cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487416	UND	21.960	Ampla	16.470
19	FIO DE NYLON PRETO 5-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 5-0, com comprimento de 45cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487416	UND		Cota	5.490
20	FIO DE NYLON PRETO 6-0 C/A 1,5CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 6-0, com comprimento de 45cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 1,5cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487407	UND	5.040	Exclusiva	5.040
21	FIO DE NYLON PRETO 6-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 6-0, com comprimento de 45cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 2,0cm +/- 0,1cm - ponta triangular.	487408	UND	4.752	Exclusiva	4.752
22	FIO DE NYLON PRETO 10-0 C/ 2AG. 0,65CM 3/8C ESP - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 10-0, com comprimento de 30cm - 2 ag. 3/8 círculo, corpo hexagonal 0,65cm - ponta espatulada.	487394	UND	1.464	Ampla	1.098
23	FIO DE NYLON PRETO 10-0 C/ 2AG. 0,65CM 3/8C ESP - Fio não absorvível de nylon (poliamida) preto, diâmetro 10-0, com comprimento de 30cm - 2 ag. 3/8 círculo, corpo hexagonal 0,65cm - ponta espatulada.	487394	UND		Cota	366
24	FIO DE SEDA PRETA 0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C CO - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 0, com comprimento entre 45cm e 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo cilíndrico 3,0cm +/-0,1cm - ponta cônica.	487573	UND	288	Exclusiva	288
25	FIO DE SEDA PRETA 2-0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C CO - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 2-0, com comprimento entre 45cm e 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo cilíndrico 3,0cm +/-0,1cm - ponta cônica.	487571	UND	288	Exclusiva	288
26	FIO DE SEDA PRETA 3-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 3/8C CO - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 3-0, com comprimento entre 45cm e 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo cilíndrico 2,0cm +/-0,1cm - ponta cônica.	487563	UND	1.272	Exclusiva	1.272
27	FIO DE SEDA PRETA 3-0 C/A 3,0CM +/-0,1CM 3/8C CO - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 3-0, com comprimento entre 45cm e 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo cilíndrico 3,0cm +/-0,1cm - ponta cônica.	487564	UND	1.320	Exclusiva	1.320
28	FIO DE SEDA PRETA 4-0 C/A 1,3CM +/-0,1CM 3/8C TG - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 4-0, com comprimento de 45cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo triangular 1,3cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487552	UND	1.272	Exclusiva	1.272
29	FIO DE SEDA PRETA 4-0 C/A 1,5CM +/-0,2CM 3/8C CO - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 4-0, com comprimento entre 45cm e 75cm - 1 ag. 3/8 círculo, corpo cilíndrico 1,5cm +/-0,2cm - ponta cônica.	487551	UND	1.272	Exclusiva	1.272
30	FIO DE SEDA PRETA 4-0 C/A 2,0CM +/-0,1CM 1/2C TG - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 4-0, com comprimento entre 45cm e 75cm - 1 ag. 1/2 círculo, corpo triangular 2,0cm +/-0,1cm - ponta triangular.	487550	UND	1.272	Exclusiva	1.272
31	FIO DE SEDA PRETA 6-0 C/ 2AG 0,65CM 3/8C ESP - Fio não absorvível de seda preta trançada, diâmetro 6-0, com comprimento de 45cm - 2 ag. 3/8 círculo, corpo hexagonal 0,65cm - ponta espatulada.	487545	UND	720	Exclusiva	720

ANEXO II

MODELO ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

<p>ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL</p> <p>“Atesto que o(s) material(is) descrito(s) neste documento, foi/foram recebido(s), atendendo as nossas especificações”</p> <p style="text-align: center;">_____ RR, ___ de _____ de 20____.</p> <p style="text-align: center;">_____ (Nome) (Cargo)</p>

ANEXO III

MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO

<p>TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO</p>
<p>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RR COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO – CSL/SESAU PROCESSO Nº: XXXXXXXX PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX/2023 DATA DE ABERTURA: ___/___/20____ HORA DE ABERTURA: 00:00h</p> <p>Eu, _____, abaixo assinado(a), portador da cédula de identidade RG XXXX e inscrito(a) no CPF sob nº XXXXX, proprietário legal da empresa _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, localizado no endereço _____, ME COMPROMETO a efetuar a troca que não forem consumidos até que o prazo de validade expire, junto a Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RR.</p> <p>E por ser a expressão da verdade, assino o presente, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.</p> <p>Cidade/XX, _____ de _____ de 20____.</p>





Documento assinado eletronicamente por **Marcus Jose Almeida Farias, Assessor Especial**, em 28/05/2024, às 15:53, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Cecília Smith Lorenzon Basso, Secretário de Estado da Saúde**, em 29/05/2024, às 11:37, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **13039108** e o código CRC **40D5DCD6**.
